

Apresentação

Cláudia da Mota Darós Parente

Como citar: PARENTE, C. M. D. Apresentação. *In:* PARENTE, C. M. D. (org.) **Políticas públicas para a educação básica:** avanços, desafios e perspectivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 11-15. DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-117-1.p11-15>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Apresentação

Este livro tem a principal finalidade de condensar algumas das principais discussões relativas às políticas públicas para a educação básica brasileira, ajudando professores e pesquisadores a identificarem e a refletirem sobre os avanços, desafios e perspectivas da área.

Nesses 20 anos de atuação profissional ministrando disciplinas no campo da política e da gestão educacional a turmas de licenciatura, vimos vários avanços político-legais, sem os quais a situação educacional do país estaria bem mais problemática. Mas há muitos desafios pela frente para garantir que o direito à educação básica aconteça de forma plena, e que a política e a gestão educacional estejam a serviço desse propósito.

No processo de formação dos profissionais de educação é possível trabalhar com as disciplinas de política e de gestão educacional por meio de diferentes perspectivas e abordagens teórico-metodológicas. O mais importante é munir os futuros profissionais da educação de elementos conceituais, teóricos e práticos que os façam ter a consciência do papel político que exercem na sociedade, e que a política e a gestão educacional integram o rol de elementos que podem fortalecer a sua atuação profissional. A política, especificamente, ainda é vista como um campo árido e distante da sala de aula, embora tudo que aconteça dentro dela seja justamente resultado de um processo de decisão política.

Esta obra é um esforço coletivo para congregiar temáticas, autores e pesquisas, produzindo reflexões necessárias e urgentes sobre as políticas públicas destinadas à educação básica no Brasil. O empreendimento

<https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-117-1.p11-15>

resultou de uma parceria com pesquisadores de catorze núcleos, centros e grupos de estudos e pesquisas da Universidade Estadual Paulista (Unesp), cada qual no âmbito de sua especialidade, ressaltando os principais avanços e desafios postos à educação básica. São eles: Grupo de Pesquisa e Avaliação de Políticas Educacionais (GAPE); Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão Social (GEPIS); Grupo de Estudos e de Pesquisa em Especificidades da Docência na Educação Infantil (GEPEDI); Processos de leitura e de escrita: apropriação e objetivação (PROLEAO); Grupo de Pesquisa Implicações Pedagógicas da Teoria Histórico-Cultural; Grupo de Pesquisa Formação de professores e as relações entre as práticas educativas em leitura, literatura e avaliação do texto literário; Centro de Estudos em Leitura e Literatura Infantil e Juvenil (CELLIJ); Centro de Estudos e Pesquisas em Leitura e Escrita (CEPLE); Laboratório de Tecnologias para o Desenvolvimento e Inclusão de Pessoas (LaTeDIP); Grupo de Estudos em Pesquisa Pedagógica e Cultura Científica (GEPECC); Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília (NUDHUC); Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Educação (NUDISE); Grupo de Estudos e Pesquisa Coletivos, Psicologias e Culturas Queer (PsiCUqueer); Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alfabetização Científica (GEPAC).

Na inviabilidade de abarcar todas as temáticas que envolvem a educação básica, o livro contempla debates mais abrangentes sobre política, gestão, financiamento, currículo, avaliação e formação de professores. A partir disso, apresenta dilemas e perspectivas da educação integral em tempo integral, educação infantil, alfabetização, inclusão escolar, gênero e sexualidade.

O livro está organizado em oito capítulos. No primeiro capítulo, “Política, Gestão e Financiamento da Educação Básica: contextos e desafios”, buscamos elucidar alguns elementos conceituais mais relevantes acerca da campo da política e da gestão educacional e, a partir disso,

apresentar um panorama geral da situação educacional brasileira, destacando as metas do atual Plano Nacional de Educação, os desafios na efetivação da gestão democrática mesmo após 30 anos de sua previsão constitucional e os limites em torno do financiamento da educação básica.

No capítulo 2, intitulado “Política, Currículo e Avaliação: articulações ou imposições?”, sistematizamos conceitos sobre currículo e avaliação, mostrando as contribuições recebidas por pesquisadores da área, a fim de desconstruirmos concepções rasas de currículo e visões equivocadas a respeito dos processos avaliativos na educação. Na exposição, privilegiamos as discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as políticas de avaliação em larga escala.

No capítulo 3, intitulado “Política de Formação Continuada de Professores: diálogos com a abordagem do professor intelectual crítico reflexivo”, os autores discutem conceitos fundamentais para que a formação continuada de professores seja, de fato, compreendida como política pública. Além disso, por meio da abordagem do professor intelectual crítico reflexivo, os autores tecem considerações sobre as práticas formativas.

No quarto capítulo, “Políticas de Educação Integral em Tempo Integral: possibilidades e alternativas”, discutimos alguns elementos conceituais relativos à educação integral e à educação em tempo integral, elucidando questões sobre a função social da escola e a construção sócio-histórica e cultural dos tempos escolares, em particular, da jornada escolar. A partir disso, é possível apresentar algumas das características principais das políticas de ampliação da jornada escolar no cenário nacional e internacional.

No capítulo 5, intitulado “Políticas Públicas para a Educação Infantil: questões, tensões e desafios”, as autoras discutem as principais

diretrizes que integram as políticas para a educação infantil na atualidade, destacando os consensos e dissensos sociais e políticos materializados em documentos legais. Ao lado das conquistas da área, as autoras destacam o necessário compromisso da sociedade na garantia dos direitos das crianças e na constituição de práticas educacionais promotoras de um desenvolvimento humano harmônico.

No sexto capítulo, “Políticas de Alfabetização no Brasil: discursos e percursos”, as autoras analisaram a Política Nacional de Alfabetização, decretada em 2019 pelo governo federal, ressaltando que, no documento, a ação humana e as relações sociais são desconsideradas no processo de alfabetização; concebe-se a língua, com seus elementos técnicos, como produto pronto a ser ensinado. Segundo as autoras, a formulação de uma política nacional de alfabetização deve superar visões restritas como as contidas no decreto, além de difundir práticas de alfabetização potencialmente humanizadoras.

O sétimo capítulo, “Política de Educação Inclusiva e Educação Especial: entre as possibilidades, os devaneios e os desencontros”, tem como objetivo problematizar a implementação da política de Educação Inclusiva no Brasil e seu alinhamento conceitual e operacional de forma equivocada com a Educação Especial. As autoras questionam o fato de que, apesar de o direito à educação gratuita e de qualidade estar preconizado na legislação, as práticas pedagógicas praticadas não se coadunam com tal prerrogativa. Segundo as autoras, quanto mais se radicaliza a proposta de Educação Inclusiva, mais se centra em providências parciais e precárias. Por isso, é urgente tornar a escola um lugar de emancipação humana, para todos e todas, sem exceção.

Por fim, no capítulo 8, “Políticas sobre Gênero e Sexualidade na Formação e Atuação Profissional em Pedagogia: das práticas escolares às políticas educacionais que as orientam”, os autores sistematizam

normatizações que fundamentam a inserção de temas relativos a gênero e sexualidade nos sistemas de ensino. A partir disso, os autores advogam sobre a necessária formação dos profissionais da educação que estarão à frente dessas discussões, sobretudo do pedagogo. Daí a importância de que suas práticas sejam devidamente subsidiadas e orientadas.

Cláudia da Mota Darós Parente

(organizadora)